COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 3.015, DE 2004 (Mensagem nº 89/04)

Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado JÚLIO SEMEGHINI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.015, de 2004, oriundo do PODER EXECUTIVO, encaminhado pela Mensagem nº 89, de 27 de fevereiro de 2004, disciplina os benefícios fiscais para a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, conforme determina o artigo 5º da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003.

Cumpre, assim, o Poder Executivo, previsão da Emenda Constitucional nº 42, de 2003, ao encaminhar ao Congresso Nacional, dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da promulgação da emenda, ocorrida em 31 de dezembro de 2003, projeto de lei, em urgência constitucional, disciplinando os benefícios fiscais para a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação. Deverão tais benefícios ser prorrogados até 2019, nas condições em que estiverem em vigor no ato da aprovação da emenda, em 19 de dezembro de 2003.

Tal dispositivo constitucional foi resultado de amplo acordo entre as lideranças partidárias do Congresso Nacional, o Poder Executivo e o setor produtivo, com vista a assegurar, no âmbito da Reforma Tributária, prorrogação por dez anos dos incentivos fiscais atualmente vigentes para a Zona Franca de Manaus, que se extinguiriam em 2013, e dos incentivos aplicáveis ao setor da tecnologia da informação, que se extinguiriam em 2009. Nos termos da proposição, os benefícios fiscais para a capacitação do setor de tecnologia da informação serão, portanto, prorrogados até 2019.

A proposição foi distribuída às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI); de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio (CDEIC); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), tramitando em regime de urgência constitucional previsto no art. 64 da Constituição Federal. O prazo para aprovação na Câmara dos Deputados esgotar-se-á em 16 de abril de 2004.

Cabe-nos, pois, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições da Comissão, nos termos do art. 32, inciso II, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em exame, encaminhada pelo Poder Executivo, pretende atender ao dispositivo constitucional, prorrogando os incentivos para a capacitação e competitividade do Setor de Tecnologia da Informação, previstos nas Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nº 8.387, de 30 de outubro de 1991, e nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. Tais incentivos são concedidos em contrapartida à aplicação de um percentual do faturamento bruto das empresas beneficiadas investidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Nestes termos, o projeto propõe alterações nas citadas leis, de modo a adequar ao período determinado pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, os percentuais de redução do imposto e os percentuais do investimento

em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação, previstos nas mesmas.

Em seu art. 1º, a proposta do Poder Executivo modifica a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, ajustando o benefício de redução de Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI), estendendo a alíquota inferior até o ano de 2019, quando será extinto. No entanto, tal redação não reflete o espírito do acordo alcançado por ocasião do exame da Reforma Tributária, que assegurava a continuidade dos benefícios na forma vigente no ato de aprovação da Emenda Constitucional.

Com o objetivo de ajustar o texto encaminhado ao que foi acordado entre os líderes partidários, propomos alterações nos percentuais de redução dos incentivos, na forma do Substitutivo que ora oferecemos a esta Comissão, alongando a alíquota vigente até 31 de dezembro de 2013, procedendo, então, à aplicação das demais reduções, até a extinção do benefício em 2019. Busca-se, assim dar efetividade ao comando constitucional, assegurando a manutenção da condição vigente na data de sua aprovação. Disposição similar foi adotada para os demais casos previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e na Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e suas subseqüentes modificações.

Aproveitamos, ainda, para atender a diversas sugestões apresentadas por representantes do setor produtivo e por membros desta Comissão, que procuramos ouvir nestas últimas semanas.

Aperfeiçoamos, assim, o caput do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e do § 2º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 1967, alterado pela Lei nº 8.387, de 1991, e pela legislação subseqüente, deixando claro que a base de cálculo para os investimentos em pesquisa e desenvolvimento refere-se ao faturamento bruto das empresas, correspondente apenas à comercialização dos bens e serviços incentivados. Excluem-se, pois, quaisquer outras atividades que não façam jus aos incentivos previstos, ficando assim garantida a isonomia entre benefício e contrapartida.

Também no sentido de aperfeiçoar a legislação, tornamos explícito que, dentre os tributos a serem abatidos para apuração da base de cálculo para a contrapartida, devam ser incluídos o Cofins, o PIS e o Pasep, dirimindo deste modo dúvida surgida recentemente sobre a matéria.

Incluímos, ainda, disposição que aperfeiçoa o controle do Congresso Nacional sobre a aplicação de incentivos e os efeitos de sua

contrapartida, ampliando o escopo do relatório circunstanciado a ser apresentado pelo Poder Executivo e determinando que sua divulgação seja feita a cada dois anos.

O nosso VOTO, em suma é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.015, de 2004, na forma do SUBSTITUTIVO que ora oferecemos.

Sala da Comissão, em 13 de abril de 2004.

Deputado JÚLIO SEMEGHINI
Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.015, DE 2004

Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 3º, 4º e 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º
.....

§ 2º Para o exercício desta preferência, levar-se-ão em conta condições equivalentes de preço e outras a serem estabelecidas em regulamento.

§ 3º A aquisição de bens de informática e automação, considerados como bens comuns nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, poderá ser realizada na modalidade de pregão, aplicando-se o critério referido no inciso II do caput.” (NR)

“Art. 4º
.....

§ 1º-A.
.....

III - redução de oitenta e cinco por cento do imposto devido, a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2013;

IV - redução de oitenta por cento do imposto devido, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2014;

V - redução de setenta e cinco por cento do imposto devido, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015;

VI - redução de setenta por cento do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinto.

.....

§ 5º O disposto no § 1º-A não se aplica às unidades de processamento digitais de pequena capacidade baseadas em microprocessadores, de valor até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), as quais usufruem o benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, que se estende da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2013, e fica convertido, a partir de então, em redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, observados os seguintes percentuais:

I - redução de noventa e cinco por cento do imposto devido, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2014;

II - redução de noventa por cento do imposto devido, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015;

III - redução de oitenta e cinco por cento do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinto.

§ 6º O Poder Executivo poderá atualizar o valor fixado no caput do § 5º.” (NR)

“Art. 11. Para fazer jus aos benefícios previstos no art. 4º desta Lei, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação deverão investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no País, no mínimo cinco por cento do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta Lei, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma desta Lei e do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, conforme projeto

elaborado pelas próprias empresas, a partir da apresentação da proposta de projeto de que trata o § 1º-C do art. 4º desta Lei.

.....

§ 6º

.....

III - em quinze por cento, a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2013;

IV - em vinte por cento, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2014;

V - em vinte e cinco por cento, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015;

VI - em trinta por cento, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019.

§ 7º Tratando-se de investimentos relacionados à comercialização de bens de informática e automação produzidos na região Centro-Oeste e nas regiões de influência da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA e da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, a redução prevista no § 6º obedecerá aos seguintes percentuais:

.....

II – em oito por cento, a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2013;

III – em treze por cento, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2014;

IV - em dezoito por cento, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015;

V – em vinte e três por cento, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019.

.....

§ 11 O disposto no § 1º não se aplica às empresas cujo faturamento bruto anual seja inferior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

.....

§ 13 Para as empresas beneficiárias, na forma do § 5º do art. 4º, fabricantes de unidades de processamento digitais de pequena capacidade baseadas em microprocessadores, de valor até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), e exclusivamente sobre o faturamento bruto decorrente da comercialização desses produtos no mercado interno, os percentuais para investimentos estabelecidos neste artigo serão reduzidos em cinquenta por cento até 31 de dezembro de 2019.

.....

§ 15 O Poder Executivo poderá alterar o valor do faturamento indicado no § 11.

§ 16 Os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda e da Ciência e Tecnologia divulgarão, a cada dois anos, relatórios com os resultados econômicos e técnicos advindos da aplicação desta Lei no período.

§ 17 Nos tributos correspondentes às comercializações de que trata o *caput* deste artigo, incluem-se as Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)” (NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

§ 2º-A Os bens de que trata este artigo serão os mesmos da relação prevista no § 1º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, respeitado o disposto no art. 16-A dessa mesma Lei.

§ 3º Para fazer jus aos benefícios previstos neste artigo, as empresas que tenham como finalidade a produção de bens e serviços de informática deverão aplicar, anualmente, no mínimo cinco por cento do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma desta Lei, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma do art. 2º desta Lei ou da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na Amazônia , conforme projeto elaborado pelas próprias empresas,

com base em proposta de projeto a ser apresentada à Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA e ao Ministério da Ciência e Tecnologia. (NR)”

.....

§ 11 O disposto no § 4º não se aplica às empresas cujo faturamento bruto anual seja inferior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

.....

§ 13 Para as empresas beneficiárias, fabricantes de unidades de processamento digitais de pequena capacidade baseadas em microprocessadores, de valor até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), e exclusivamente sobre o faturamento bruto decorrente da comercialização desses produtos no mercado interno, os percentuais para investimentos estabelecidos neste artigo serão reduzidos em cinquenta por cento até 31 de dezembro de 2019.

.....

§ 15. O Poder Executivo poderá alterar o valor do faturamento indicado no § 11.

§ 16. Os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda e da Ciência e Tecnologia divulgarão, a cada dois anos, relatórios com os resultados econômicos e técnicos advindos da aplicação desta Lei no período.

§ 17 Nos tributos correspondentes às comercializações de que trata o *caput* deste artigo, incluem-se as Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)”. (NR)

Art. 3º O art. 11 da Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Para os bens de informática e automação produzidos na região Centro-Oeste e nas regiões de influência da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA e da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, o benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados- IPI, de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, estende-se a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2013 e, após esta data, fica convertido em redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, observados os seguintes percentuais:

I - redução de noventa e cinco por cento do imposto devido, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2014;

II - redução de noventa por cento do imposto devido, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015; e

III - redução de oitenta e cinco por cento do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinto.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às unidades de processamento digitais de pequena capacidade baseadas em microprocessadores, de valor até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), as quais usufruem o benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2013 e, a partir dessa data fica convertido em redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, observados os seguintes percentuais:

I - redução de noventa e cinco por cento do imposto devido, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2014;

II - redução de noventa por cento do imposto devido, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015; e

III - redução de oitenta e cinco por cento do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinto.

§ 2º O Poder Executivo poderá atualizar o valor fixado no § 1º.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 14 de abril de 2004

Deputado JÚLIO SEMEGHINI
Relator